

Trabalhadores negros libertos na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro (1888 – 1910)

Lívia Cintra Berdu

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, e mais especificamente acerca dos trabalhadores negros libertos durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX nesse contexto. Para tanto, faremos um debate historiográfico com os principais autores que se debruçaram sobre o tema nesse período, considerando suas contribuições, limites e contradições. Partindo da perspectiva marxista e a concepção de E.P. Thompson acerca da classe enquanto *processo e relação* - que implica que esta não pode ser explicada através de um raciocínio retilíneo e mecânico no tempo, quanto mais tendo um momento exato como seu marco inaugural – propomos um diálogo entre a história do mundo do trabalho e a história da escravidão e o pós-abolição, buscando suas conexões e contradições, num processo dialético.

Ao contrário da historiografia tradicional, que associa a origem da classe trabalhadora ao momento posterior a 1888, ou exclusivamente à vinda dos imigrantes europeus como força de trabalho desconsiderando os escravizados enquanto trabalhadores, acreditamos ser de fundamental importância evocar os distintos sujeitos que participaram desse processo de formação, sejam trabalhadores escravizados, “ao ganho”, “livres”, libertos, nacionais, imigrantes, que além de conviverem em espaços comuns de trabalho, moradia, e lazer, compartilharam também formas e ambientes de organização política, de luta e resistência, tendo como maior exemplo a luta pelo fim da escravidão.

Palavras-chave: Classe trabalhadora, pós-abolição, negros, trabalhadores, escravidão.

Freedmen black workers on the working class formation in Rio de Janeiro city

Abstract: This article intends to reflect about the formation of working class process in Rio de Janeiro city, more specifically about the freedmen black workers during the last decades of XIX century and first years of the XX in this context. Therefore, we will do an historiographical debate with the main authors that approached about this theme on this period, considering their contributions, limits and contradictions. From a marxist perspective and the E. P. Thompson's conception about class like *a process and a relation* – that implies that it can't be explained through a rectilinear reasoning and mechanical in time, or having an exact moment like its inaugural landmark – we propose a dialogue between the World Labor History, the Slavery History and the post-slavery period, searching for connections and contradictions, in a dialectical process.

Instead of traditional historiography, that connects the working class origin with the moment after 1888, or exclusively to European immigrants coming like labour force, ignoring enslaved men while workers, we believe that is important to evoke the different subjects that participated from this formation process, like enslaved workers, “gain men”, “free workers”, freedmen, national, immigrants, that besides of sharing common work spaces or home and recreation places, also shared forms and spaces of political organization, fight and resistance, having the abolition cause like the best example of this fight.

Keywords: working class, post-abolition, black workers, slavery.

I. Nos passos da escravidão

Durante o século XIX, o Rio de Janeiro foi o principal destino dos escravizados africanos em todo o Brasil. Entre 1790 e 1830, estima-se que entraram na cidade cerca de 700 mil africanos negros escravizados. Na década de 1840, entravam em todo o Brasil 60 mil escravos por ano, sendo em grande maioria por via da capital. Em 1849 a população escrava chegou ao seu auge com 110.602 pessoas no município, sendo a população total na cidade, a de 266.466 habitantes.¹

Partindo dos dados acima descritos e da caracterização do Rio como a cidade da qual recebeu mais escravos africanos em todo o mundo, é mais que possível afirmar que a escravidão negra configura-se como elemento estruturante na história do Brasil, e em especial nesta cidade. Além do sistema econômico e político serem sustentados pelo imenso lucro advindo do tráfico e a força de trabalho escrava, também as relações sociais tecidas desde então eram consequentemente carregadas de uma profunda ideologia de inferioridade do negro, naturalizada e legitimada pelo cristianismo e o racismo científico da época. Assim, os negros eram encarados como uma ameaça para a elite carioca, no sentido de tornarem-se futuros cidadãos e serem cada vez mais numericamente expressivos entre a população total da cidade.

A partir da década de 1840 se inicia então, um movimento pautado nessa mesma lógica racialista e que irá se intensificar nas décadas seguintes, sendo concretizado e financiado pelo Estado brasileiro. Tal movimento consiste na exploração da força de trabalho imigrante nas regiões mais dinâmicas da economia nacional, incluindo o Rio de Janeiro. Com o processo de transição da manufatura à indústria na virada do século, foram milhares de imigrantes europeus deslocados de seus países para o Brasil tendo como um dos objetivos, o de miscigenar a população, ou seja, diluir o sangue negro, apagando-o num constante branqueamento.

Além disso, com a crescente pressão por parte da Inglaterra e a proibição do tráfico negreiro no Atlântico em 1850, ocorre um grande enfraquecimento do sistema escravista nos anos subseqüentes, o que ocasionou uma espécie de contagem regressiva para a abolição. Com as leis do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885) – que embora bastante contraditórias, traziam elementos progressistas no sentido da emancipação – o cenário político e econômico na capital era de preparação para a

¹Mattos, Marcelo Badaró, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom texto, 2008, p.41.

libertação definitiva. Ademais, neste período a população cativa tinha sofrido uma enorme redução tanto na cidade quanto nas áreas rurais, estas que já apresentavam um declínio de suas principais atividades nas plantações.

Um elemento fundamental a se destacar consiste nas distintas formas de organização dos trabalhadores escravizados, que iam desde a capoeiragem como método político, as irmandades negras, as associações beneficentes e de auxílio mútuo (que tinham como objetivo atender doentes, familiares e garantir enterros) até formas mais abertas de resistência contra a escravidão.

Desde a segunda metade do século XIX, os trabalhadores negros se articulavam pela criação de várias dessas associações, porém avançaram em aceitar trabalhadores livres e escravizados aos seus associados, tendo inclusive como propósito o apoio financeiro a compra da liberdade dos sócios escravizados. São exemplos de associações a Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor fundada em 1874, e aquelas com o objetivo exclusivo de libertar os escravizados como a Sociedade Emancipadora 28 de Setembro e o Clube dos Libertos Contra a Escravidão, respectivamente nos anos de 1870 e 1882. Tais organizações traziam vários traços de ações coletivas anteriores como os próprios quilombos, que se faziam presentes tanto no espaço urbano quanto no rural e tinham práticas abertamente contestatórias ao sistema escravista.

Não podemos deixar de citar ainda o incrível exemplo de organização dos padeiros livres e escravizados liderados por João de Mattos na fuga de escravizados desde Santos em 1876 passando por São Paulo e Rio de Janeiro nos anos subsequentes. Na antiga capital, fundou o Bloco de Combate dos Empregados de Padaria, cujo lema era “Pelo pão e pela liberdade”, e que lutava clandestinamente pela liberdade dos trabalhadores escravizados. Após o fim da escravidão, João e seus companheiros de luta passaram a batalhar em defesa dos “escravizados livres” nas padarias, criando a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias do Brasil com o propósito de acumular fundos e comprar padarias e geri-las cooperativamente.²

Ocasionada por uma junção de fatores (que ultrapassa o foco deste trabalho), ocorre então a abolição em 1888. O movimento Abolicionista e a crescente pressão por parte da Inglaterra foram alguns deles. A constante resistência dos negros e o medo da burguesia brasileira em formação de uma possível revolução escrava como ocorreu no

² Mattos, Marcelo Badaró, *Escravidão e livres...Op. Cit.*, p.132 e 133.

Haiti em 1791, ou a exemplar Revolta dos Malês em 1835 na Bahia foram outros elementos que também tiveram peso. Além disso, com o avanço das forças produtivas e a crescente racionalização do lucro, surgia a possibilidade de que para a força de trabalho ganhar a condição efetiva de mercadoria, e assim tornar-se mais lucrativa através da extração de mais-valor, o trabalhador deveria ser “livre”: livre para vender sua força de trabalho. E enquanto mercadoria, essa mesma força de trabalho poderia ser comprada de acordo com as necessidades de quem detinha os meios de produção, além do fato de que se buscava a expansão de um mercado consumidor.

Contudo, é necessário ressaltar que desde a segunda metade do século XIX conviviam em espaços comuns de trabalho tanto trabalhadores escravizados quanto libertos ou assalariados, sejam africanos, nacionais ou imigrantes. E que longe de significar um processo evolutivo de um sistema econômico a outro, ou uma “transição”, ou passagem mecânica como a historiografia tradicional colocou até um passado recente, a formação da classe trabalhadora foi um processo muito mais complexo constituído por esses distintos sujeitos. Além disso, o modo de produção capitalista desde sua origem mostrou-se bastante versátil em manter diferentes formas de relações de trabalho, desde as mais arcaicas às mais avançadas, o que vemos inclusive até os dias atuais.

É importante situar nesse debate, que partimos da leitura e concepção marxista de E. P. Thompson em relação ao conceito de classe, que ao investigar sua formação busca relacionar elementos sociais e culturais às mesmas – como morais, valores e crenças – entendendo todos esses como componentes associados no processo de forjar sua identidade enquanto classe, para além do espaço estritamente produtivo. Além disso, enquanto categoria histórica e desde sua perspectiva processual e relacional, o historiador coloca que o desenvolvimento da classe está diretamente ligado ao “comportamento classista” dos sujeitos, ou seja, o conjunto de ações e reações que orientam no sentido de um estágio de formação “madura” das classes.

A partir do caráter desse conceito enquanto processo e relação, o que implica que esta não pode ser explicada através de um raciocínio retilíneo e mecânico no tempo, quanto mais tendo um momento exato como seu marco inaugural, no trecho seguinte Thompson desenvolve sobre a profunda relação entre o conceito de classe e as outras categorias marxistas “luta de classes” e “consciência de classe” que são, inclusive, inseparáveis entre si:

“A meu juízo, foi dada excessiva atenção, freqüentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes.”³

Embora Thompson não tenha incluído os trabalhadores escravizados em suas análises, tais observações contribuem bastante para as análises de sociedades anteriores ao capitalismo, e embora se trate de uma situação histórica distinta da inglesa, seu método permite traçar vários pontos em comum. Trazendo para a realidade do Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, torna-se indissociável os conflitos existentes no universo escravista entre os próprios escravos e seus senhores, dos conflitos subseqüentes (e muitas vezes simultâneos) no mercado de trabalho capitalista.

Situando sua contribuição ao nosso trabalho, compreendemos que se torna inconcebível considerar a formação da classe trabalhadora brasileira (ou carioca) tendo como ponto inaugural o ano de 1888, ou seja, somente após a abolição como colocou parte da historiografia brasileira. Como bem coloca Mattos em sua obra *Escravidados e livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*:

“Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano, que protestos coletivos de uns e outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro,

³ THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, p.274.

no período que vai de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados.”⁴

O autor coloca ainda, que além das diversas formas de exploração da força de trabalho escrava, mesmo entre os trabalhadores livres, o típico mercado de trabalho não se configurou até, pelo menos, nos anos anteriores à abolição. Isso significa que a presença dos escravos no meio urbano e o valor do seu aluguel influenciavam diretamente nos valores dos salários, indicando que enquanto o peso da escravidão urbana foi significativo, a variação salarial dos trabalhadores livres não era calculada apenas pelos critérios clássicos de oferta e procura da força de trabalho proletarizada.

Nessa perspectiva, analisando o mercado de trabalho de então, Badaró faz um levantamento de quais eram as ocupações dos escravizados urbanos, subdividindo em dois espaços: as ruas e as fábricas. Até 1850, enquanto eles ainda eram a grande maioria, destacavam-se entre os carregadores, estivadores, aguadeiros, carregadores de dejetos, barqueiros, marinheiros, cirurgiões, barbeiros, varredores de rua, vendedores ambulantes, músicos, tocadores de realejo, quitandeiros e “tigres” (que retiravam os dejetos de dentro das casas). Em relação às fábricas, o historiador cita vários espaços ocupados pelos escravizados na primeira metade do século XIX como o estabelecimento da Ponta D’Areia, em Mauá, reconhecidamente a maior fábrica privada dos anos 1850, e outros estabelecimentos fabris nos ramos de tecidos, chapéus, calçados, móveis, e metalúrgico. O mesmo autor nos fornece também uma análise dos dados do recenseamento de 1872, ou seja, às vésperas da abolição, do qual podemos ter uma visão mais ampla da posição dos escravizados no ambiente fabril da cidade: 2.135 operários entre um total de 18.091 eram cativos, ou seja, 11,80%. As mulheres escravizadas e classificadas como costureiras eram cerca de 1.384, e ainda 497 escravizados (494 homens e 3 mulheres) classificados como artistas.⁵

A partir dessa exposição, podemos afirmar sem reticências que os sujeitos escravizados no Brasil, serviam enquanto força de trabalho explorada independente de suas inúmeras “modalidades”, como escravos ao ganho, escravos domésticos, rurais, urbanos, etc., e por isso, devem ser vistos enquanto trabalhadores, além de escravizados.

⁴ Mattos, 2008, p.21.

⁵ Idem, p. 54.

Apesar de parte da historiografia do trabalho e do movimento operário no Brasil não reconhecê-los enquanto tais, nosso objetivo central neste trabalho passa por desconstruir essa narrativa atribuída a esses sujeitos, assim como oferecer elementos para tanto, o que inclui apresentar suas distintas formas de trabalho, organização, resistência, moradia e lazer.

II. O período pós-abolição no Rio de Janeiro

O cenário político e econômico nas últimas décadas do século XIX e início do século XX no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, era o de constituição do capitalismo, onde surgiam nesse momento grandes estabelecimentos fabris além da movimentação financeira de todo o país passar em grande parte, pelas casas bancárias localizadas na cidade. Além da expansão industrial nos primeiros anos da República, este período compreende a todo um projeto estruturado pelos governos e a elite carioca, constituído de profundas transformações socioeconômicas associadas à transformação de relações sociais de tipo senhorial-escravista para relações de tipo burguês-capitalista. Para tanto, fez-se necessário uma ofensiva no plano ideológico pautada nos “valores do trabalho”, acompanhada da repressão e do controle social, moral e comportamental das classes mais baixas da população, especialmente a população negra recém liberta.

Não é por acaso que no mesmo ano de 1888 intensifica-se o projeto de repressão à ociosidade na Câmara dos Deputados, partindo do princípio de que os trabalhadores recém libertos eram necessariamente ociosos e, portanto, careciam de disciplina, dedicação, “amor e respeito religioso” à propriedade privada. Para a mentalidade da burguesia de então era necessário educar o liberto ressignificando o conceito de trabalho, que antes visto como penoso e degradante, passa a ser encarado como moralizador e edificante.

Diretamente ligada a essa noção construída do trabalho, soma-se a idéia complementar de “vadiagem”, a qual era automaticamente atribuída aos trabalhadores libertos e nacionais, numa espécie de “preguiça inerente” aos mesmos. Assim, a ociosidade era vista como uma grande ameaça à ordem burguesa em desenvolvimento, a qual deveria ser fortemente combatida. O ocioso ou “vadio” era visto como aquele sujeito em dívida com a sociedade, e que ao não trabalhar (ou não trabalhar nas condições consideradas ideais) tornava-se um fardo para a sociedade, que nada contribuía para o bem estar comum.

Surge daí o conceito de “classes perigosas” usado pelos parlamentares e a classe dominante em relação aos pobres e miseráveis, que por conta de seu suposto “vício” e “perversão”, possuíam uma pré-disposição ao crime, representando uma afronta à moral e aos bons costumes. É importante destacar que toda essa visão acerca dos trabalhadores libertos e nacionais, foi construída em oposição à imagem que se formava em relação aos imigrantes, esses vistos como bons trabalhadores, “esforçados”, ambiciosos e que deveriam ser exemplo de trabalhadores ideais para os demais. Além disso, os imigrantes representavam uma das supostas formas de “progresso” trazida da Europa para o Brasil, através do permanente branqueamento da população negra, vista como inferior e degenerada.

Ademais, outro elemento que se unia à crescente ideologia do trabalho construída pela burguesia no período, consistia na competição entre o enorme e heterogêneo contingente de trabalhadores que disputavam seu lugar no mercado de trabalho assalariado em formação, o qual não possuía condições de absorver tamanha oferta de força de trabalho. Evidentemente, como lógica inerente ao modo de produção capitalista, os detentores dos meios de produção muito se beneficiavam da existência desse exército industrial de reserva, que os permitia rebaixar profundamente o valor dessa força de trabalho, ampliando seus lucros. Por outro lado, para os trabalhadores era reservada uma situação de penúria, extensas jornadas de trabalho, baixos salários e péssimas condições de saúde e de vida. As freqüentes epidemias de febre amarela entre 1850 e 1908, de tuberculose entre 1903 a 1920 e outras doenças como a varíola, estavam diretamente ligadas à insalubridade nos locais de trabalho e moradia desses sujeitos, o que deixa claro o caráter de classe da questão da saúde pública no Rio de Janeiro nesse período.

É neste contexto que se insere então o trabalhador livre em formação, forjado sob o processo de emancipação dos escravizados, a presença dos imigrantes que se tornava cada vez mais intensa, e a política de controle e repressão das classes mais baixas ocorridos nesse período, principalmente os trabalhadores negros recém libertos.

Com a nova burguesia ligada aos transportes e serviços em ascensão nesse contexto, ocorre uma intensa transformação e valorização do espaço urbano, abrindo caminho então para a especulação imobiliária na cidade. Esse fator refletiu diretamente sobre a questão da moradia dos setores mais pobres, na medida em que se avançava a política de planejamento urbano tendo como eixos centrais o “saneamento” e o

“embelezamento” dos espaços, acompanhados da expulsão das classes mais pobres da região central da cidade, e a violenta demolição de suas habitações. É durante o governo de Rodrigues Alves na presidência, junto à administração de Pereira Passos no governo municipal que ocorre o auge desse movimento, resultando na reforma urbanística no Rio de Janeiro baseada nas ruas das principais capitais européias (em especial as ruas parisienses), ocorrida entre 1902 e 1906 e responsável pelo desalojamento de mais de 13 mil pessoas e o fechamento de 600 cortiços e demais habitações coletivas.⁶

Desnecessário dizer que tal política dos governos não trouxe qualquer alternativa de moradia para a população desalojada, como a construção de novas habitações. Isso significa que além de todas as dificuldades objetivas no dia a dia, esses trabalhadores tinham agora como uma das poucas opções, fixarem moradia nos bairros mais afastados do centro da cidade, o que também implicava maiores gastos com o transporte público (ainda bastante limitado) e mais tempo para o deslocamento de suas casas para o trabalho. Ademais, com o encarecimento e as dificuldades criadas pela prefeitura na virada do século, e principalmente durante a administração de Pereira Passos para a construção de imóveis até nas regiões suburbanas, aos trabalhadores com salários mais baixos restava ainda menos opções. Sendo assim, grande parte desses sujeitos que não tinha condições de se deslocar para a periferia, se manteve nas habitações coletivas que resistiram às demolições na região central, ou passaram a habitar as novas construções feitas pelos próprios moradores no alto dos morros – as chamadas favelas – que se multiplicavam desde a década de 1890.

Em relação ao mercado de trabalho no período imediatamente posterior à abolição, alguns dados de 1890 mostram uma possível marginalização ocupacional dos trabalhadores negros em decorrência (em parte) da disputa com os imigrantes europeus. Os dados mostram que mais da metade dos quase 90 mil estrangeiros ocupavam os empregos mais dinâmicos como o comércio, as atividades artísticas e a indústria manufatureira. Já os trabalhadores negros economicamente ativos estavam localizados nos cargos relacionados ao serviço doméstico (48%), indústria (17%), profissões não declaradas (16%), e o restante ocupavam espaços ligados a atividades extrativas, de criação e agrícolas.⁷

⁶ Lobo, Eulália; Carvalho, Lia e Stanley, Myrian. “Questão habitacional e o movimento operário”. Rio de Janeiro, Edufrj, 1989, p.80.

⁷ Dados do censo de 1890, reproduzidos em HASENBALG, Carlos. “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Já em 1906, alguns anos após a abolição, Mattos verifica que as ruas continuam sendo uma opção de sobrevivência para um grande número de trabalhadores cariocas. A partir do Censo deste ano, o qual mostra um predomínio do subemprego, percebe que a diferença em números entre o mercado formal e informal de trabalho era quase nula, sendo 51,8% da população economicamente ativa, incluídas em vagas denominações de “serviço doméstico, jornaleiro e outros”. Destaca, entretanto, que as ruas antes espaço predominantemente dominados pelos escravos, era agora um terreno de grande disputa para todos os trabalhadores que não encontravam “vagas disponíveis” no mercado formal de trabalho, ou não se sujeitavam às suas condições.⁸ É necessário acrescentar ainda que os dados do Censo de 1906 feito no Rio de Janeiro, de acordo com a ideologia oficial e racista do período que queria por força apagar os negros da história, não faz qualquer diferenciação dos habitantes pela cor. Isso em si já explicita o difícil acesso encontrado pelos pesquisadores a maiores informações a respeito do mercado de trabalho em formação nesse período, especificamente em relação aos trabalhadores negros recém libertos.

Outro aspecto em relação às condições de vida dos trabalhadores nesse período, diz respeito aos baixos salários e ao constante aumento no custo de vida dos mesmos, que desde a carestia vivida pela classe trabalhadora nos anos 1850 e a greve dos tipógrafos em 1858 denunciando a alta dos alimentos e gêneros de primeira necessidade, essas mesmas condições se mantêm nas décadas seguintes.

A carestia de vida consistia num elemento frequente nas reivindicações dos trabalhadores cariocas nos primeiros anos da República, assim como nas greves que ocorreram nesse período. No ano de 1903, uma importante “greve geral” de diversas categorias de trabalhadores – que apesar de não terem apresentado aos seus patrões uma pauta unificada – tinha como uma de suas reivindicações comuns, a carestia dos gêneros de vida, além da redução da jornada de trabalho para 8 horas, o aumento de 40% em seus ordenados e outras demandas particulares das categorias. A greve que durou 26 dias, foi inicialmente impulsionada pelos operários das fábricas têxteis e posteriormente recebeu amplo apoio de outros setores que também se declararam em greve, como integrantes da Sociedade dos Artistas Chapeleiros, da Associação de Classe dos Artistas Sapateiros, Associação de Classe União dos Chapeleiros e Liga dos Artistas Alfaiates. Também se declararam em greve os operários charuteiros do Engenho de dentro, da

⁸ Mattos, Marcelo Badaró, *Op. Cit.*, p. 49.

fábrica de vidros Esberard, Luz Estearica, Fábrica de tecidos em Sapopemba, a Empresa Industrial Brasileira, operários das pedreiras, sapateiros, trabalhadores da União de Classe dos Marceneiros, carpinteiros, os estivadores e carregadores de café do porto, e operários da fábrica de tecidos Bangu. Algumas dessas categorias ou fábricas eram compostas em grande parte por trabalhadores libertos, como é o caso dos operários da fábrica Bangu, e os estivadores e carregadores portuários.

A historiadora Marcela Goldmacher, faz um levantamento correspondente a um número de 40.000 trabalhadores que se reuniram na greve, sendo tecelões cerca de 25.000 destes. O movimento alcançou grande extensão territorial, desde o bairro Andaraí, Mangueira, São Cristóvão, passando pelo Centro, Gamboa, Laranjeiras, Gávea, Jardim Botânico, Botafogo, Sapopemba e Bangu.⁹

O fato é que os últimos anos do século XIX e início do século XX foram marcados por um grande número de revoltas por parte da classe trabalhadora em resposta aos vários ataques que sofriam. Em novembro de 1904, após várias revoltas populares e motins de menor proporção – como a Revolta do Vintém em 1880, uma quebra de bondes em 1901, e ataques aos trens da estação Central do Brasil e aos registros de água em 1902 – ocorre uma enorme demonstração da insatisfação popular carioca e que ultrapassaria os amplos setores que a iniciaram, que consistiu na Revolta da Vacina. Ainda que não seja um consenso na vasta bibliografia sobre o episódio, cabe dizer que apesar da composição bastante ampla, os trabalhadores tiveram papel chave no conflito e impuseram uma particular radicalidade e dura resistência contra a brutal repressão policial destacada para agir durante o evento.

A Revolta representou ainda uma forte demonstração da resistência negra, já que as áreas da Saúde e Gamboa – bairros pertencentes à zona portuária e conhecida hoje como a “Pequena África – consistiam nos principais pontos de resistência e concentração da luta, com a paralisação de trabalhadores da estiva e a presença do líder Prata Preta na barricada chamada de Porto Authur, na Saúde. Na sua obra sobre o período, José Murilo de Carvalho mostra a repercussão negativa e criminalizadora na grande imprensa sobre o acontecimento, e por outro lado, fortes sinais da composição negra na batalha. Vale destacar o seguinte trecho:

“O repórter do jornal *A Tribuna*, falando a elementos do povo sobre a revolta, ouviu de um preto acapoeirado frases que bem expressam a natureza da

⁹ Goldmacher, Marcela. “*A “Greve Geral” de 1903- O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*”. Niterói, UFF, 2009 (Tese de Doutorado).

revolta e este sentimento de orgulho. Chamando o repórter de ‘cidadão’, o preto justificava a revolta: era para ‘não andarem dizendo que o povo é carneiro. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem.’”¹⁰

Assim, várias eram as formas de organização dos trabalhadores, que ao longo dos anos se desenvolveram e superaram os modelos associativos de antes. Era o caso das mutuais organizadas pelos militantes socialistas da época, tendo como ferramentas os periódicos “*Tribuna Artística*”, “*A voz do Povo*”, “*Gazeta Operária*” e outras iniciativas para a construção de um partido, como a Liga Operária na década de 1870. Muitas dessas iniciativas coletivas culminaram no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (COB) realizado em 1906, com a presença de 16 entidades cariocas entre as 23 participantes, incluindo a União dos Operários Estivadores e a Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, das quais eram compostas em grande parte por trabalhadores libertos.¹¹

III. Diálogos com a bibliografia

Nas últimas décadas a historiografia brasileira tem tido firmes avanços em relação a um maior diálogo entre os estudos sobre a escravidão negra no país e os estudos sobre a classe trabalhadora e o movimento operário. No entanto, alguns autores considerados clássicos ou precursores nas referidas áreas são por vezes pouco debatidos, assim como as potencialidades e limitações de suas reflexões. Propomos então, um resgate das idéias de alguns autores que se debruçaram sobre o tema do trabalhador negro liberto no período pós-abolição direta ou indiretamente, assim como um diálogo com essas idéias a partir de uma perspectiva que permita identificar relações entre as condições de trabalho e vida desses sujeitos durante a escravidão e imediatamente após o seu término, buscando algumas de suas continuidades e descontinuidades.

O tema das relações raciais no país tem sido bastante pautado desde a década de 1950, especialmente após os estudos patrocinados pela UNESCO, os quais foram seguidos por algumas obras que marcaram as ciências humanas no Brasil. Nesse movimento, foram várias as críticas colocadas por historiadores e sociólogos a respeito dos estudos pioneiros de Gilberto Freyre sobre a escravidão negra no país, tanto no

¹⁰ Carvalho, José Murilo. *Os bestializados... Op. Cit.*, pag. 139.

¹¹ Mattos, Marcelo Badaró. *Escravidões e livres...Op. Cit.*, p.121-128.

clássico escrito em 1933, *Casa Grande e Senzala* quanto em *Sobrados e Mucambos*, de 1936. Apesar de trazer sólidas contribuições em relação ao universo escravista, a lógica geral de Freyre que propaga a falsa idéia dos escravos enquanto sujeitos passivos ou brutalizados, a saída individual e não coletiva para a experiência da escravidão e a difundida idéia de que no país a escravidão negra foi marcada por um caráter brando, benevolente e “mais humano” no tratamento dos senhores com seus escravos, foi capaz de fincar fortes raízes nesse campo de pensamento.

Nesse sentido, e considerando as devidas contradições, apresentamos uma reflexão acerca de alguns autores e obras que marcaram esse campo de estudos, e um bom exemplo consiste nos estudos provindos da chamada “Escola Paulista de Sociologia” da USP na década de 60, encabeçada por Florestan Fernandes e seguida por Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros autores. A obra “*A integração do negro na sociedade de classes*” de Florestan, considerada pioneira nos estudos sobre as relações raciais no país e grande referência desde sua publicação em 1964, traz reflexões fundamentais acerca da conjuntura política e social brasileira na *transição da sociedade de castas para a ordem competitiva* e em especial as particularidades da região paulista, além de situar os trabalhadores negros recém libertos nesse contexto. Mais que isso, além de ser um dos primeiros intelectuais a pautar o tema da questão racial na universidade, o autor transforma radicalmente a visão acerca dos conflitos raciais e o desenvolvimento do racismo no Brasil a partir de uma minuciosa análise de dados empíricos, colocando os negros recém libertos numa posição central na formação do capitalismo no país, bem como na formação da classe trabalhadora brasileira. Contudo, como já foi dito, a obra possui contradições (que talvez possamos atribuir às limitações da época) às quais iremos nos debruçar.

Embora Florestan colocasse duras críticas ao mito da democracia racial – o qual também possui influência direta do pensamento de Gilberto Freyre – e sua amplitude no pensamento social brasileiro, o autor por outro lado reproduz de certa forma tal idéia ao argumentar que o isolamento econômico, social e cultural dos negros e mulatos recém libertos, assim como o preconceito e a discriminação racial a que estavam sujeitos provinha de um atraso cultural herdado do passado escravista, supostamente incompatíveis com a sociedade competitiva e democrática inaugurada com a abolição e o mercado de trabalho assalariado. Ademais, apresenta limitações na forma de encarar o trabalhador negro nas suas condições objetivas e subjetivas no processo anterior e após a abolição, conferindo a esses sujeitos características como “incapacidade”,

“despreparo”, “atraso” para enfrentar dentre outras situações, a competição no mercado de trabalho de então. Segundo o autor:

(...) o liberto se defrontou com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente (mesmo as mais modestas, como a de engraxar sapatos, vender jornais ou verduras, transportar peixe ou outras utilidades, explorar o comércio de quinquilharias etc.). Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbano eram monopolizadas pelos brancos e serviam como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais.¹²

Em que pese às particularidades de São Paulo em relação à composição étnica da classe trabalhadora no período de sua formação – como o imenso contingente de imigrantes comparado ao Rio de Janeiro, e esta por sua vez, que tinha um número muito maior de trabalhadores negros – Florestan propõe uma substituição praticamente absoluta dos trabalhadores escravizados pelos europeus no mercado de trabalho, desconsiderando em certa medida a dinamicidade desse espaço, e atribuindo de forma automática aos libertos a posição marginal nesse universo. O autor relaciona esse elemento a uma espécie de falta de ambição por parte dos negros, como que culpabilizando-os por essa sua condição, o que acaba por restringir o debate no âmbito moral:

Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais etc., não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sobre uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”; carecia de meios para se lançar às pequenas ou às grandes especulações, que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais: e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza¹³

Nessa mesma lógica, Florestan ainda chega a endossar o discurso dos governos e da classe dominante acerca dos trabalhadores antes escravizados, do qual associava-os ao ócio, à vadiagem e a criminalidade:

¹² Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª ed. Vol, 1. São Paulo: Globo, 2008, p. 33 e 34.

¹³ Idem, p.34.

“Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar a aparência e a dignidade de “homem livre”.¹⁴

O autor, ao atribuir aos trabalhadores escravizados e posteriormente libertos a “anomia”, incapacidade, alienação, ou nas próprias palavras do autor, a “acefalização – o que os levava inevitavelmente a uma suposta passividade – além de negar as inúmeras formas de organização e resistência por parte dos trabalhadores escravizados, nega a posição dos mesmos enquanto sujeitos históricos, tornando-os assim “deformados pela escravidão”, coisificados e destituídos de qualquer traço de autonomia, por menor que fosse. No seguinte trecho onde o sociólogo se atém sobre o processo que culminou na abolição, o mesmo coloca de forma ainda mais enfática seu pensamento de ausência total de organização e consciência por parte dos trabalhadores escravizados, e ainda que houvesse qualquer nuance de consciência, para Florestan era automaticamente cooptada pela ideologia dominante e/ou dissolvido no movimento abolicionista.

O fato de o escravo e o liberto terem intervindo como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas. Não existiam condições para que isso ocorresse e, se chegasse a ocorrer, o abolicionismo daria lugar a uma “união sagrada” entre os *brancos*, para conjurar o “perigo” de uma *subversão racial*. (...) Portanto, a colaboração do escravo e do liberto era aceita como uma espécie de combustível indispensável para acelerar a dissolução do sistema escravista. Não se via neles nem se procurou por nenhuma maneira lhes facultar a condição de um agente revolucionário independente, capaz de traçar seus rumos e de pô-los em prática por seus próprios meios. A moral da história é simples. Terminadas as agitações, os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, *o que não queriam*. Contudo, não tinham consciência clara sobre *o que deveriam querer coletivamente* nem de *como agir socialmente para estabelecer semelhante querer coletivo*. Formaram o pólo heteronômico e alienado de uma “situação de castas”; lutaram com furor, mas como pólo heteronômico e alienado, contra essa “situação de castas”; e emergiram, em plena era de reconstrução social, diante de uma “situação de classes”, substancialmente diversa da anterior em sua ordenação e potencialidades, com loucas esperanças mas ainda na mesma condição de pólo heteronômico e alienado.¹⁵

Evidentemente, grande parte da luta dos trabalhadores escravizados não possuía caráter “revolucionário”, como diz Florestan, contudo, as devidas mediações acerca dessa questão são necessárias para que não seja feita uma análise unilateral. Além dos

¹⁴ Idem, p. 44.

¹⁵ Idem, pág. 63 e 64.

quilombos, a capoeiragem, as irmandades e associações mutualistas (ou sociedades de socorro mútuo), existiam inúmeras formas de organização e resistência, fossem elas individuais ou coletivas, parciais ou radicais. Ademais, a idéia de alienação por parte dos escravizados e libertos mostra-se como o outro lado da idéia complementar das superestimadas consciência de classe e combatividade por parte dos imigrantes europeus, ou seja, o disseminado mito de que esses trouxeram para o Brasil a consciência de classe e a combatividade em suas malas.

Contudo, um ponto positivo na obra consiste no fato de que Florestan não defende a integração dos negros na sociedade de classes meramente através da ocupação dos espaços equivalentes àqueles ocupados pelos brancos, ou seja, apesar de reproduzir a idéia de que com o avanço do capitalismo a opressão racial tenderia a se diluir, defende que essa integração dos negros deve ser no sentido de fortalecer a classe trabalhadora para a superação desse modo de produção. Porém, a limitação consiste no fato de que o sociólogo desconsidera os contornos particulares e as novas funções conferidas ao racismo pelo sistema capitalista, isto é, as formas pelas quais tal exploração utiliza, legítima e reforça a opressão racial na busca incessante pelo lucro.

Na mesma linha de raciocínio de Florestan, Octavio Ianni intensifica a idéia de substituição dos negros libertos no mercado de trabalho pelos imigrantes europeus – que ocorreu em parte – mas também atribui aos mesmos um “despreparo” para trabalharem em troca de um salário, ou seja, para o autor tais sujeitos estavam “domesticados” na lógica escravista a ponto de serem incapazes de se verem enquanto trabalhadores assalariados e, portanto, também de reivindicar seus direitos.

A história do negro, depois da Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888, é, em boa parte, a história da sua proletarização. Egresso da escravatura, viu-se numa situação nova e desconhecida. Devido às condições históricas pelas quais se estava verificando a formação do capitalismo no Brasil, o negro não pôde ser absorvido imediata e amplamente. Décadas se passaram, antes que ele pudesse sentir-se seguro de um salário. Foi preciso que ele atravessasse várias fases, antes que começasse a ser aceito como trabalhador. Portanto, o dilema que cerca a existência do negro, depois de 1888, se resume nos seguintes termos: nem ele estava preparado para vender a sua força de trabalho, nem o empresário estava preparado para comprá-la. Além do mais, a industrialização brasileira sempre contou com amplas reservas de força de trabalho. (...) No processo de formação do capitalismo no Brasil, a criação do proletariado também baseou-se nas regras inerentes à lei da oferta e da procura, em que o mais forte sempre procura obter o máximo de vantagens. Por isso, no jogo das preferências, fundado em razões econômicas, e segundo as condições culturais herdadas da escravatura, o negro foi preterido, em benefício do imigrante. Assim, é o negro que formará o exército dos desocupados, dos sem-trabalho. Como a oferta de braços era maior que a

procura, situação criada deliberadamente com a política oficial e privada de imigração, o negro viu-se à margem das atividades produtivas. No jogo dos excedentes, cabia-lhe a pior posição.¹⁶

Considerando a produção historiográfica e principalmente as sínteses sociológicas adotadas pelo campo da história social do trabalho na década de 1960, observamos que a visão propagada por parte dos intelectuais desse período, e reproduzida por esses dois autores, baseia-se em algumas noções introduzidas e cristalizadas tais como: a origem exclusivamente estrangeira da classe trabalhadora brasileira devido à vinda massiva dos imigrantes europeus, a relação dessa origem com o pensamento anarquista e sua suposta predominância no movimento operário e sindical na Primeira República, e ainda, a tendência de generalizar para todo o país, as experiências que hipoteticamente teriam ocorrido em São Paulo.¹⁷ Porém, as pesquisas mais recentes na área mostram que ao contrário do que colocam os dois autores, os escravizados possuíam um parcial poder de barganha sobre seus senhores, além de diferentes formas de organização política e resistência como, por exemplo, experiências como a conhecida “*Greve Negra*” dos carregadores na Bahia em 1857 estudada por João José Reis; a greve da já citada fábrica da Ponta d’Areia no mesmo ano, a qual consistia num dos maiores estabelecimentos fabris na cidade do Rio de Janeiro e que possuía 600 operários, sendo 150 escravos; a paralisação na Fábrica de Pólvora Ipanema no final da década de 1820, a conhecida greve dos tipógrafos em 1858 também no Rio, o levante na Fábrica de Velas e Sabão ocorrido em 1854 na Gamboa, (bairro pertencente a zona portuária carioca) e várias outras greves e paralisações protagonizadas por cativos, africanos livres e outros trabalhadores são experiências que devem ser lembradas, reivindicadas e incansavelmente pesquisadas pelos historiadores. Outro exemplo são as chamadas “paredes” pesquisadas pelo historiador Flávio Gomes, que consistiam em uma forma de protesto e paralisação do trabalho por parte dos trabalhadores escravizados e livres como via de pressão por melhores condições de trabalho, e são um grande exemplo de que antes mesmo da existência das greves, esses

¹⁶ Ianni, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2004, p.306.

¹⁷ Batalha, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências, in FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Contexto, 2001.

sujeitos se organizavam e forjavam seus mecanismos de pressão e reivindicação sobre seus senhores.¹⁸

Na década de 70, com um movimento de inflexão na produção histórica e sociológica acerca da história social do trabalho, e uma reflexão maior sobre a classe trabalhadora e o movimento operário na Primeira República, surgem várias contribuições que se tornarão novas referências na historiografia brasileira. Porém, a separação mecânica entre o período escravista e o mundo do trabalho persiste, de modo que os trabalhadores escravizados não são encarados enquanto trabalhadores. Além disso, tal tradição retoma idéias estáticas e, portanto, simplistas em relação ao processo de transformação do sistema escravista, reafirmando os termos de *transição* e *substituição* em relação ao mercado de trabalho assalariado em formação.

Flávio Gomes e Antonio Luigi Negro contrapõem de forma profunda os teóricos que enfatizaram a *transição* do sistema escravista para o sistema capitalista, desconsiderando seu processo histórico, costumes e experiências por conta de um determinismo econômico em suas análises. Segundo os autores, além dessa tradição na historiografia brasileira excluir os escravizados na formação da classe trabalhadora, também as complexas formas de relações de trabalho no período da escravidão e pós-abolição ficaram ausentes nos estudos sobre relações raciais no país, tais como os estudos de Luiz Costa Pinto em “*O negro no Rio de Janeiro*” ou “*Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*” de Carlos Hasenbalg. Os autores desenvolvem:

Tais análises aproximaram-se das teses de Florestan Fernandes, que também descreveu o processo de *transição* da escravidão para o trabalho livre como algo *naturalizado* e evolutivo sob o impacto inexorável ora das transformações econômicas, ora do previdente desejo das elites agrárias. (...)A suposta *inexorabilidade* na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi mais projeção das elites, numa ideologia – a da construção da nação – que produzia discursos sobre a substituição da mão-de-obra. Escravos, africanos e crioulos seriam substituídos por trabalhadores livres, imigrantes europeus. Indolência e atraso por tecnologia e aptidão; forjava-se a ideologia do trabalho livre no Brasil criada sob os símbolos da *civilização* e do *progresso*. No imaginário das elites e nos projetos imigrantistas, *África*, *escravidão*, *escravo* e *o negro* eram associados à *barbárie*. A nação estava em jogo e a substituição do escravo pelo trabalhador livre seria menos uma questão de cálculos, prejuízos e lucros, quando não se desejava qualquer tipo de trabalhador livre, mas sim o imigrante, o branco europeu, considerado capaz de garantir a *civilização* e o *progresso* do Brasil. (...) os caminhos analíticos dos estudos sobre relações raciais encontravam-se com as análises sobre movimento operário e história do trabalho no Brasil. Qual encontro? Uma classe operária tão-somente

¹⁸ Gomes, Flávio Santos e Negro, Antônio Luigi: “As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos”, disponível em: http://www.geledes.org.br/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos/#gs.a_hzg1g, acesso no dia 16/05/2017.

originada da imigração europeia e das lutas “anarquistas”, nas grandes capitais. Uma classe operária com cenários e personagens etnicamente costumeiros: fábricas, europeus e rebeldes.¹⁹

Silvia Hunold Lara, historiadora e uma das pioneiras no debate acerca da ausência dos negros na história social do trabalho no Brasil, lembra que essa abstenção por parte dos historiadores na década de 70 era em parte uma posição adaptada à ideologia dominante, que se expressava na escassez ou ausência dos dados relativos a esses sujeitos nos espaços de trabalho. Silvia analisa:

De modo geral a oposição entre escravidão e trabalho livre, e os paradigmas da “transição” e da substituição encarregam-se de afastar os ex-escravos da cena histórica. Diante dos números impressionantes do contingente imigrante e da ausência de dados censitários sobre os negros, o silêncio parecia explicar-se por si mesmo – corroborado pelos paradigmas que governavam a explicação histórica na bibliografia sobre a escravidão e sobre os “trabalhadores”.²⁰

A autora comenta ainda a respeito do livro de Reid Andrews “*Black and White Workers: São Paulo, Brazil, 1888-1926*”, o qual o autor problematiza as teses de Florestan Fernandes e contrapõe a idéia de anomia e marginalidade dos libertos considerando seu “poder de barganha” diante de seus empregadores, assim como dos imigrantes. Em outro extremo, o pesquisador opina que as exigências que os ex-escravos faziam aos fazendeiros eram maiores que aquelas pedidas pelos imigrantes, o que tornava a preferência pelos últimos de certa forma compreensível. Assim, para ele a marginalização dos negros deixa de estar ligada às heranças da escravidão, de sua suposta inabilidade para o mercado de trabalho capitalista e o racismo, e passa a ser explicado por uma análise que leva em consideração apenas os conflitos entre trabalhadores e seus patrões.²¹ No entanto, há que se fazer uma mediação necessária, já que o autor parece desconsiderar uma questão objetiva que consiste no racismo por parte dos patrões, e o papel que o mesmo cumpria na sua relação com a exploração capitalista, a qual se expressava no fato de que parte dos trabalhadores negros ficasse realmente sem trabalho, ou nos piores postos. Por fim, Silvia faz uma crítica taxativa

¹⁹ GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, p. 227 e 228, jun.2006.

²⁰ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, n.16. São Paulo, fev. 1998, p.33.

²¹ Idem, p. 36.

aos historiadores que seguem a lógica da exclusão dos trabalhadores negros escravizados das análises sobre a formação da classe trabalhadora brasileira:

O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, mesmo cativos, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a reflexão e a ação de pessoas que, independentemente da cor de suas peles, vivem hoje no Brasil: um longínquo país no qual a conquista da plena cidadania permanece sendo uma questão crucial. Aparentemente coniventes com o espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagaram da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não foi considerado parte do universo dos trabalhadores, também o ex-escravo foi excluído. Passaram a ser vistos como uma massa de “trabalhadores”, nacionais indolentes e apáticos (na visão dos teóricos do final do século XIX) ou de anômicos e desajustados à modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão: “trabalhadores” que não trabalham ou então “trabalhadores” que são incapazes de trabalhar... Por isso, desapareceram, literalmente, da história. Por isso, apoiada em explicações economicistas ou em dados demográficos, a literatura sobre a transição não conseguiu, até hoje, dar foros de cidadania a milhares de homens e mulheres de pele escura que construíram suas vidas sob o signo da escravidão e, principalmente, de uma liberdade que, embora conquistada, nunca conseguiu ser completa.²²

O historiador Boris Fausto em sua obra “*Trabalho urbano e conflito social*” publicada em 1976, da qual é ainda hoje grande referência nos estudos sobre a história do trabalho e do movimento operário no país, reproduz em parte a lógica refutada por Lara. Além de associar exclusivamente a formação da classe trabalhadora no Brasil à vinda dos trabalhadores imigrantes em detrimento dos trabalhadores nacionais, escravizados e libertos, o autor faz uso de estudos empíricos baseados nas experiências de São Paulo e em menor medida o Rio de Janeiro, de forma que tende a generalizar para o país essas realidades particulares. Além disso, ignora o histórico de lutas ocorridas durante o século XIX, inclusive lutas conjuntas entre trabalhadores escravizados e livres que reivindicavam a abolição antes de 1888:

Mas as oportunidades não se abriram para toda a massa de imigrantes e nem todos estavam em condições de aproveitá-las. Por heterogêneos que fossem os motivos de inserção na ordem industrial, um segmento se consolidou como núcleo importante na formação da classe operária. **E os primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho.**²³ (grifos nossos)

²² Idem, p. 38.

²³ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social- (1890-1920)*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.33.

Sheldon Maram, brasilianista do mesmo período de Boris Fausto, também se debruçou sobre o tema da formação da classe trabalhadora no Brasil, mais especificamente sobre o movimento operário no início do século XX e as influências do pensamento anarquista trazido pelos imigrantes. Em sua obra “*Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*” publicada em 1979, o historiador também propõe uma visão baseada na substituição da força de trabalho nacional pela imigrante, ocasionando assim a marginalização daqueles. E se em Boris Fausto essa visão era colocada de alguma forma “sutil”, em Maram é posta de forma bastante explícita.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, nesse último em menor escala, o imigrante veio a formar o suporte principal da força de trabalho, tendo substituído o trabalhador brasileiro nativo em quase todas as ocupações, exceto nas mais subalternas. A marginalização do operário brasileiro foi um processo complexo. (...) Assim, copiar idéias e práticas européias tornava-se necessário ao desenvolvimento da nação. Os operários brasileiros, de ascendência negra ou mestiça, eram vistos como racial e culturalmente inferiores aos europeus. Imigrantes sul - europeus já haviam vindo em épocas mais remotas para diversas cidades brasileiras, provavelmente com um nível de qualificação e de experiência urbana mais alto que os imigrantes que vinham depois, mantendo-os em acentuado contraste com a força de trabalho dos escravos e dos recém-libertos, esses últimos jogados em um ambiente urbano confuso sem a proteção paternalista das plantações.²⁴

De uma forma geral, a lógica de Maram parte da concepção de que os trabalhadores nacionais, escravizados e libertos não possuíam qualquer experiência e tradição de luta, ou seja, os movimentos de resistência nos espaços de trabalho só se iniciaram com a vinda dos proletários europeus, que trouxeram consigo para o país uma consciência de classe já formada. O autor atribui ainda, uma espécie de “ressentimento” por parte dos trabalhadores nacionais em relação aos imigrantes, e por outro lado, dos próprios imigrantes aos nacionais. Ou seja, Maram parte dos elementos de competição no mercado de trabalho em formação que certamente havia entre todos os trabalhadores, para desconsiderar toda e qualquer forma de solidariedade e organização conjunta que também houveram e que foram constatadas em pesquisas posteriores. Os tais “conflitos étnicos” entre os trabalhadores, bastante abordados na historiografia do trabalho e desenvolvidos na obra são encarados de forma superestimada, sem receber qualquer mediação pelo autor, sugerindo assim uma profunda fragmentação dos setores da classe

²⁴ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 14.

baseada unicamente em diferenças étnicas e de nacionalidade. O trecho seguinte aponta esse elemento:

Entretanto, o operário brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-se. Ressentia-se do sentimento de superioridade cultural e até mesmo racial que o imigrante ostentava sobre ele. Por sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros, por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves.²⁵

Pra além dessas questões, tanto Boris Fausto quanto Sheldon Maram também se tornaram referência na análise comparativa entre o movimento operário carioca e o paulista durante a Primeira República, de forma a contraporem fortemente um ao outro, atribuindo características dualistas entre os mesmos. A partir de suas pesquisas, os historiadores criaram uma espécie de rótulo acerca dos sindicatos portuários e sua base no Rio, que segundo esses autores consistia numa atuação política conciliatória e reformista, daí o famoso termo “sindicalismo amarelo”, ou o chamado “trabalhismo carioca”. Para esses historiadores, um dos elementos principais que diferenciava o movimento operário “atrasado” do Rio de Janeiro em oposição à combatividade dos operários de São Paulo (ou Santos), consistia na composição étnica da classe trabalhadora de cada cidade, ou seja, o fato de São Paulo ter recebido um imenso número de imigrantes europeus e dentre eles militantes anarquistas, explicava em grande parte seu caráter mais explosivo e por outro lado, a “inferioridade” da classe trabalhadora carioca e em especial os portuários – composta majoritariamente de nacionais e antigos escravos, isto é, negros. Nas palavras de Boris Fausto:

As razões da diferença devem ser buscadas no contexto geral das duas cidades e na composição étnica da classe trabalhadora. Santos se define como centro de lutas frontais, sob inspiração libertária, abrangendo tanto portuários como outro ramos (...). Uma classe operária relativamente homogênea, composta em grande parte de estrangeiros (espanhóis e portugueses), constitui o núcleo básico dos trabalhadores quando a cidade começa a se desenvolver. No Rio de Janeiro, estrangeiros – em menor número – vem concorrer no porto com elementos nacionais já instalados. A rivalidade étnica potencia a disputa e favorece a divisão interna da classe. Por sua vez, as posições tendentes ao paternalismo ou à conciliação encontram campo na maior incidência do Estado e nas expectativas dos trabalhadores nacionais. Entre estes, há muitos antigos escravos ou integrantes de uma geração para a qual a escravidão tem ainda culturalmente um peso considerável.²⁶

Trabalhos como o de Marli Albuquerque, Maria Cecília Velasco e Cruz e Érika Bastos Arantes, são alguns exemplos de autoras pertencentes à historiografia mais

²⁵ Idem, p.30.

²⁶ Fausto, 1979, p.126 e 127.

recente que se preocuparam em buscar relações entre a escravidão e a história social do trabalho durante o final do século XIX e início do século XX. Em sua dissertação de mestrado, Marli Albuquerque faz um estudo da região portuária na cidade incluindo as relações de trabalho e organização desses trabalhadores, e embora sua visão tenda a superestimar a harmonia e solidariedade entre esses sujeitos menosprezando os conflitos que de fato haviam, vale destacar um contraponto às visões de Fausto e Maram.

Na pesquisa realizada não foi constatada a ocorrência de disputa entre trabalhadores motivados pelas diferenças étnicas. A idéia de apatia política dos trabalhadores negros, motivada pela sua condição de ex-escravo, foi rejeitada, visto que as fontes, sobretudo as primárias, demonstram que a ação política das categorias, compostas principalmente de negros (carregadores e estivadores) era intensa e destituída de qualquer conteúdo racial, ao contrário, propunha a manutenção de laços de solidariedade entre as categorias atuantes do porto do Rio de Janeiro numa luta essencialmente dirigida aos empregadores.²⁷

Maria Cecília Velasco, durante suas pesquisas sobre os trabalhadores portuários e o universo do porto do Rio de Janeiro no início do século XX, também se preocupou com um elemento chave para a investigação, que consiste na composição étnica dos trabalhadores nesse espaço. A partir desse elemento, a autora busca relações com as experiências de trabalho e organização desses sujeitos – em grande maioria negros e possivelmente ex-escravos – com o período escravista e imediatamente pós-abolição, analisando especificamente a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e a União dos Operários dos Estivadores. Sobre a composição da força de trabalho nesse espaço Maria Cecília aponta:

Se a composição social da classe trabalhadora urbana foi inteiramente refeita com a chegada contínua dos lusos, espanhóis e italianos, o mesmo não ocorreu entre os operários do porto do Rio de Janeiro. (...) os brasileiros e os pretos e pardos predominam na força de trabalho portuária, e isso tanto em terra quanto no mar. A Resistência era um verdadeiro reduto negro, indicando nitidamente que os escravos e os homens livres de cor seguraram com unhas e dentes os seus postos de trabalho, apesar de terem sofrido por muitos anos a concorrência dos imigrantes, sobretudo dos portugueses.²⁸

²⁷ ALBUQUERQUE, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904 – 1920*. Tese de Mestrado, UFRJ, 1983.

²⁸ CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café*, Rio de Janeiro, 1905- 1930. In: *Afro-Ásia*, 24, 2000, p.270.

Tanto Velasco quanto Érika Arantes também se contrapuseram ao rótulo criado por Fausto, Maram e outros historiadores aos sindicatos portuários e sua prática política, supostamente reformista e conciliatória. Érika Arantes coloca:

Essas idéias se relacionam intimamente ao fato de a historiografia não pensar o escravo como “ser político”, daí uma menor “consciência de classe” quando estes se fizeram trabalhadores livres, e uma forte tendência a aceitar o paternalismo estatal mais facilmente. No entanto, apesar do predomínio dos sindicatos reformistas no porto, tomá-lo como decorrência direta dessas diferenças seria simplificar a análise.²⁹

Assim, retomando as idéias de Thompson e do próprio Marx, nosso argumento aqui se baseia na idéia de que as experiências de trabalho, organização política e resistência assim como tradições, valores, costumes e identidades dos trabalhadores escravizados, inclusive junto aos nacionais e imigrantes ao longo do século XIX, apesar de não se tratarem de uma classe trabalhadora já madura, muito contribuíram para direcionar as lutas posteriores dos trabalhadores no início do século XX. Como na História nada começa do zero, acreditamos que vários elementos foram se desenvolvendo ao longo desse período no processo de “fazer-se” da classe de modo a forjá-la num estado mais maduro, o que engloba sua consciência de classe. Assim, concordamos com Marcelo Badaró quando o historiador parte da concepção de classe trabalhadora do próprio Marx – que embora necessitasse de maior amplitude, não se contrapõe a essa concepção mais abrangente de classe trabalhadora proposta – para defender sua posição de que a história do trabalhador escravizado não é uma experiência descolada da realidade do trabalhador “livre” e assalariado, e que inclusive, esses não são pólos antagônicos e excludentes.

Desde o momento em que a venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores “livres” que a vendem, ou híbridos em situações como as dos escravos de ganho e de aluguel) estamos diante de uma mesma classe trabalhadora. No entanto, a definição de classe trabalhadora proposta por Marx, como vimos, vai além da dimensão mais propriamente econômica, comportando também uma dimensão política. Incluindo tal dimensão política, podemos atentar para a seguinte questão: se os trabalhadores escravizados já viviam (na segunda metade do século XIX) uma situação em algum nível marcada pela subsunção formal ao capital e até mesmo, em certos casos, o imperativo do mercado, não seria possível que eles tivessem desenvolvido uma consciência

²⁹ ARANTES, Érika Bastos. *Pretos, brancos, amarelos e vermelhos: conflitos e solidariedades no Porto do Rio de Janeiro*. In: *Faces do Trabalho: escravizados e livres*. Rio de Janeiro: Eduff, 2010, p. 131.

de classe análoga à dos trabalhadores ingleses da época da revolução industrial?³⁰

Nesse sentido, a dimensão política da definição marxista de classe trabalhadora que cita o autor, está diretamente ligada não só ao relativo nível da subsunção formal do trabalhador escravizado ao capital, mas também ao contexto de luta de classes em que estavam inseridos esses sujeitos, processo esse que permitia o desenvolvimento de sua consciência de classe, como complementa a concepção relacional de Thompson e reafirmada por Mattos.

Ao contrário do que coloca o historiador Antonio Luigi Negro, as concepções de Marx e Thompson não são contrárias, mas sim complementares. Embora Negro reconheça os escravizados enquanto trabalhadores e por isso, parte componente do que se tornou a classe trabalhadora brasileira nos primeiros anos do século XX, o autor atribui à Marx e Engels um conceito de “classe trabalhadora” mais fechado do que de feito foi apresentado pelos pensadores. O historiador enuncia:

(...) cabe então indicar outro ponto de dissidência de Thompson. No presente caso, ao contrário do que afirmou Marx, a anatomia do homem não explica a anatomia do macaco. Em outras palavras, a classe trabalhadora no sentido marxista tradicional não é o sumidouro para o qual é aspirada a história dos trabalhadores que a antecederam. Não se trata, portanto, de procurar traços do “homem” no “ancestral primeiro”, mas de entender a História dos trabalhadores que não são um material bruto a que a industrialização capitalista recorre como um pedestal puramente passivo. Para tal, é preciso interrogar um princípio básico do marxismo.³¹

Assim como vários autores contemporâneos, Negro desconsidera que Marx e Engels nunca restringiram o conceito de classe trabalhadora aos trabalhadores industriais, tampouco defenderam uma definição que se limitasse aos trabalhadores ocupantes do setor produtivo ou pelo conteúdo do trabalho desempenhado. Embora houvesse de fato uma demarcação que não englobava setores classificados como, por exemplo, o “lumpen proletariado” ou os próprios escravizados, o conceito criado pelos fundadores do marxismo dispunha de amplitude onde se permitia abranger o conjunto

³⁰ Mattos, Marcelo Badaró. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico” in Revista Outubro, n.21, 2º semestre de 2013, p. 107 e 108.

³¹ Negro, Antonio Luigi. “Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da história social: O Sentido Marxista Tradicional da Classe Operária”, in Revista Crítica Histórica, Ano III, n° 05, Julho de 2012.

daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, quase sempre em troca de um salário.³²

No trecho seguinte Badaró reforça seu argumento deixando clara a diferenciação entre o conceito de “classe trabalhadora” e o caráter político que a mesma possui em relação ao trabalhador escravizado. Tal “carga política” se relaciona ao fato de que é caracterizada enquanto sujeito revolucionário, isto é, diz respeito à sua formação madura, e sua “consciência propriamente de classe”, enquanto os trabalhadores escravizados se situam no processo de formação dessa mesma classe tendo sua consciência em desenvolvimento, de forma não evolutiva, mas particular.

Com isso quero dizer que as lutas dos trabalhadores escravizados pela liberdade na segunda metade do século XIX – nas quais se viram associados a outros setores sociais, especialmente aos trabalhadores “livres” – foram marcadas pelo compartilhamento de formas organizativas e estratégias de luta típicas da classe trabalhadora “já formada” na Europa, o que nos leva a pensar em um processo de formação de consciência de classe em curso. Mas, ainda assim, a luta dos escravos é pela “liberdade”, no sentido da superação do fim do estatuto jurídico da escravidão. O projeto de emancipação social da classe trabalhadora é outro, por colocar em questão não apenas uma determinada forma histórica de exploração do trabalho e divisão social em classes, mas toda e qualquer sociedade dividida em classes e marcada pela exploração do trabalho. E isso já se fazia presente tanto na percepção das continuidades quanto na afirmação da novidade do projeto emancipatório das primeiras elaborações da classe trabalhadora em seu processo de formação no Brasil.(...) Ainda assim, os escravos em luta pela liberdade são “sujeitos de sua própria história”, num sentido muito particular, e tanto eles quanto a sua luta pela liberdade (esse sim um valor relido e incorporado pela nova consciência de classe que se formou nas décadas seguintes) serão personagens fundamentais do processo de formação da classe trabalhadora. Porém, o “sujeito social” classe trabalhadora é distinto, em especial porque porta uma consciência distinta, “propriamente de classe”.³³

Não se trata, portanto, de manejar a história para enquadrá-la a um conceito, mas sim de identificá-la enquanto um processo e a partir disso reconhecer seus diferentes personagens e seus distintos papéis na luta de classes. Nesse sentido, acreditamos ser de extrema importância situar o trabalhador escravizado e liberto na formação do capitalismo no Brasil, assim como seu papel estruturante na formação da classe trabalhadora brasileira, tendo em vista a construção de sua identidade, e por outro lado, seu legado de organização política e resistência.

³² Mattos, Marcelo Badaró. *“A classe trabalhadora...”, op. cit.*, p. 90 e 91.

³³ Idem, p. 108 e 109.

Longe de ser um processo homogêneo e linear, a História consiste numa permanente polarização e disputa de interesses de classes antagônicas, que se expressa de forma dialética em distintos âmbitos da sociedade. Sendo assim, embora possamos afirmar que o processo do “fazer-se da classe” em todo o mundo é recheado de contradições e particularidades locais, existem inúmeros pontos comuns na história de distintos países e um deles consiste na escravidão. Portanto, excluir da análise cerca de 4,9 milhões de trabalhadores escravizados nos quase quatro séculos de escravidão dos africanos no Brasil, é no mínimo equivocada. O país possui uma história que se entrelaça com o sistema escravista desde sua invasão portuguesa e a exploração dos indígenas. E o Rio de Janeiro em particular possui o sangue e o suor dos negros sequestrados do continente africano correndo em suas veias, que se expressa em distintos âmbitos de sua história, inclusive nas posteriores lutas operárias. Portanto, ainda que tais trabalhadores não tivessem uma consciência de classe já formada, havia o constante embate entre os escravizados e seus senhores, vários elementos de solidariedade entre os escravizados, assim como formas comuns de organização política e resistência dos mesmos, o que mostra que a luta de classes já se anunciava, esta como motor da História.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904- 1920*. Tese de Mestrado, UFRJ, 1983.

ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

BATALHA, Cláudio H. M. *Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República*. In *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

_____. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. Cadernos do AEL, n.11/12. Campinas, 2000.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas -SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____. *Medo branco de almas negras. Escravos libertos e Republicanos na cidade do Rio*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8, n.16, mar. 1988/ago.1988.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “*Tradições Negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930*”. Afro-Ásia, n.24. Salvador, 2000.

_____. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social- (1890-1920)*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª ed. 2 Volumes. São Paulo: Globo, 2008.

GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. (org.) *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, jun.2006.

_____. “*As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos*”, disponível em: http://www.geledes.org.br/as-greves-escravas-entre-silencios-e-esquecimentos/#gs.a_hzg1g, acesso no dia 16/05/2017.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.) *Experiências da emancipação. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

KARASH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LARA, Silvia Hunold. *Blowin` in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. In Projeto História, São Paulo, v.12, out.1995.

_____. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, n.16. São Paulo, fev. 1998.

LOBO, Eulália M. L. *Historia do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1976

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico” in Revista Outubro, n.21, 2º semestre de 2013.

NEGRO, Antonio Luigi. “Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da história social: O Sentido Marxista Tradicional da Classe Operária”, in Revista Crítica Histórica, Ano III, nº 05, Julho de 2012.

REIS, João José. *Rebelião escrava do Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. 3.ed. São Paulo, Companhia das letras, 2003.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008

SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007.

TERRA, Paulo Cruz. *Hierarquização e segmentação: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)* in Goldmacher, Marcela; Mattos, Marcelo Badaró; Terra, Paulo Cruz. *Faces do Trabalho: Escravizados e livres*. Rio de Janeiro, EdUFF, 2010.

THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012